

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES



Sindireceita

Posse de novos servidores da Receita Federal

Sindireceita participa da posse de novos servidores

Tomaram posse novos Analistas-Tributários e Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. O evento foi realizado no auditório do Centro Empresarial CNC, em Brasília.

A solenidade reuniu autoridades do Ministério da Fazenda, da Receita e de entidades representativas das carreiras tributárias.

Representando o Sindireceita, estiveram presentes o presidente da entida-

de, Thales Freitas, o diretor de Estudos Técnicos, Fabiano Rebelo, e o diretor de Assuntos Parlamentares, Sérgio de Castro.

Durante o evento, o subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, destacou, em sua fala, a relevância social do trabalho desempenhado pela Receita na promoção da justiça fiscal e na redução das desigualdades.

Apelo

Barreirinhas fez um apelo para que os novos servidores conduzam suas atividades com responsabilidade social, sempre atentos às necessidades da população mais vulnerável e ao papel da Receita. Ele também destacou o trabalho realizado pelo Sindireceita.

Pilar

Representando o Ministério da Fazenda, Fernando Haddad, o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dario Carnevalli Durigan, ressaltou a importância estratégica da Receita Federal para a soberania nacional, enfatizando os pilares institucionais do órgão.



Divulgação

Panfleto da campanha distribuído pela Anpprev

Anpprev adere à campanha Agosto Lilás

O Agosto Lilás é uma campanha de conscientização que chama atenção para a gravidade e a persistência da violência contra a mulher. A iniciativa reforça a necessidade de enfrentamento desse problema estrutural e disseminado.

A Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (Anpprev) aderiu à cam-

panha e ressaltou sua importância e relevância.

De acordo com o Mapa da Violência 2025, o Brasil registrou mais de 1.400 casos de feminicídio em 2024, sendo o maior número concentrado no Estado de São Paulo, com 253 ocorrências. Os dados alarmantes evidenciam a urgência de ações concretas e contínuas de prevenção e proteção.

Ação essencial

A campanha foi criada em alusão à Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, que completa 19 anos em 2025.

“O Agosto Lilás é uma ação essencial para fomentar o diálogo sobre igualdade de gênero e contribuir para o fortale-

cimento de uma cultura institucional de respeito, acolhimento e enfrentamento à violência contra as mulheres, em todos os segmentos da sociedade”, destaca a Coordenadora do Comitê Anpprev por Elas, Ana Dorinda Carballeda Adsuará.

Divulgação de apoio

De abrangência nacional, a mobilização busca conscientizar, informar e promover o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher, seja ela física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. O Agosto Lilás contribui

para a divulgação de canais de apoio às vítimas, como a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, o Disque 100 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, além de serviços gratuitos de assistência psicológica e psiquiátrica.



Câmara dos Deputados

Deputado Pedro Paulo (PSD/RJ) é coordenador do grupo de trabalho que apresentará a proposta de reforma

Reforma une parlamentares e funcionalismo

Brasil tem 12,6 milhões de pessoas trabalhando no serviço público, sendo 716 mil temporários

Por Martha Imenes

O Brasil tem 12,65 milhões de pessoas trabalhando no serviço público, desse total 716 mil contratos são temporários. Entre 2003 e 2022 eram 38,5 mil. Ou seja, uma alta de 1.760%, segundo pesquisa do Instituto República.Org.

Outro estudo aponta que esse total foi impulsionado pelo número de servidores sem carteira assinada, como por exemplo os Cargos Comissionados Executivos (CCE), que são de livre nomeação.

A expectativa de crescimento por conta da retomada de concursos no pós-pandemia, no entanto, pode ser barrada com a Reforma Administrativa que será apresentada na

Câmara dos Deputados.

Especula-se que o relatório preliminar do Grupo de Trabalho (GT), coordenado pelo deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), vai propor a regulamentação do trabalho temporário no serviço público. Esses contratos teriam prazo de até seis anos e dariam garantias trabalhistas, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por exemplo.

Frente parlamentar

E os servidores estão em alerta. No dia 11, Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público se reuniu com entidades parceiras para reforçar a mobilização contra uma proposta de reforma administrativa que tramita no

Congresso Nacional.

O encontro, realizado por videoconferência, destacou a urgência de ampliar a resistência à ofensiva contra os serviços públicos e os servidores, articulando ações coordenadas em Brasília e nos estados.

O Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-Federação), integrante da Frente parlamentar, esteve presente.

A reunião destacou a existência de uma campanha organizada, inclusive com apoio internacional, cujo objetivo é enfraquecer a base eleitoral do governo federal. A campanha tem foco direto nos servidores

públicos e busca abrir caminho para a aprovação da reforma administrativa ainda em 2025.

Diante desse cenário, a Frente e suas entidades definirão ações estratégicas e imediatas, com foco na mobilização social, pressão política e disputa de narrativa nas redes e na sociedade civil.

Ações

- Mobilização permanente: todos os representantes se comprometeram a participar das recepções a parlamentares às terças-feiras, às 8h, no Aeroporto de Brasília. O objetivo é fortalecer a pressão direta contra a reforma administrativa.

- Intensificação da comunicação nas redes: as entidades compartilharão conteúdos sobre a reforma administrativa marcando o perfil da Frente no Instagram.

- Elaboração de Carta Política: uma nova carta com posicionamento atualizado da Frente será entregue nos gabinetes parlamentares da Câmara e do Senado. O documento buscará qualificar o debate e propor alternativas que valorizem e fortaleçam o serviço público.

- Vigília no Anexo II da Câmara: a Frente Parlamentar organiza uma vigília na entrada do Anexo II.

Perfil epidemiológico alerta sobre saúde de funcionários

Por Martha Imenes

Um estudo epidemiológico realizado pelo INSS, baseado na autoavaliação de saúde dos servidores, fez uma análise da situação e aponta para o adoecimento de boa parte da categoria. O estudo utilizou os afastamentos e os dados informados por cerca de 38% das pessoas em atividade para mensurar a saúde laborativa na autarquia. Responderam à autoavaliação servidores com atendimento ao público e sem atendimento.

Os afastamentos de até 15 dias atingiram 36,04% dos servidores, seguido de 16 a 45 dias por 22,07%, outros 19,82% ficaram afastados de 45 a 119 dias, e 11,71% e 10,36% se afastaram de 120 a 180 dias e mais de 180 dias, respectivamente.

No caso de remédio controlado, 70% dos entrevistados que fazem uso desse tipo de medicação, e que trabalham no atendimento ao público, declararam aumento no consumo de remédio, aponta o Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo BR (Sinssp BR), uma das entidades representativa da categoria.

Os casos de violência nos últimos fizeram parte do estudo,



Rafa Nedermeier/ Agência Brasil

Pesquisa aponta os principais problemas na saúde dos servidores do INSS

81,67% dizem não ter sofrido. No entanto, alguns dados chamaram atenção: 4,40% não quiseram informar se passaram por essa situação o que, segundo especialistas, pode significar que tenham vergonha de relatar ou não entendem ações sofridas como violência. Outros 12,88% afirmam terem sofrido violência psicológica; 0,84% física e 0,22%, sexual.

“O estudo apresenta dados que causam profunda preocupação, especialmente relacionada à saúde mental e ao bem-estar geral dos servidores. Na autoavaliação do estado de saúde, 35,69% dos servidores

classificam sua saúde como ‘regular’ e 12,18% a classificam como ‘ruim’ ou ‘muito ruim’, e isso acende um alerta sobre as condições de trabalho”, pontua Tiago Vinícius Silva, presidente do sindicato.

Pedido ‘no vácuo’

Por conta desse cenário apontado no perfil epidemiológico dos servidores, em 29 de julho, o sindicato solicitou uma reunião com o presidente da autarquia, Gilberto Waller Júnior, para debater o tema. Inclusive pedir informações sobre o período compreendido da autoavaliação de saúde e

as medidas que serão, ou que já são, adotadas para lidar com o consumo autodeclarado de substâncias lícitas e ilícitas.

Diante falta de resposta do INSS sobre a demanda, na última reunião da mesa setorial (8), o sindicato pautou a questão da saúde dos servidores para o próximo encontro. Além disso, foi enviado novo ofício no dia 13 reiterando o pedido de encontro com o presidente Waller.

Desta vez, o sindicato incluiu outras reivindicações, Como a precarização e o esvaziamentado setor de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SQVT), por exemplo.